



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000234-10.2016.8.26.0555**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Documento de Origem: **OF, BO, IP-Flagr. - 1876/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 3734/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 391/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ANDRE LUIZ PEREA FILHO**

Réu Preso

Aos 10 de março de 2017, às 14:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **ANDRÉ LUIZ PEREA FILHO**, devidamente escoltado, acompanhado da defensora, Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha Stevan César Jacques Lombardo, em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso na sanção do art. 155 § 4º, I do C.P., uma vez que de acordo com a peça acusatória no dia teria arrombado o portão da casa da vítima e de lá subtraído vários objetos. Compulsando todo o painel probatório, chego à conclusão de que a prova é muito confusa, não havendo, no entender do Ministério Público, provas que ofereçam segurança e que possam apontar ter sido realmente o réu o autor do furto. Tanto na polícia quanto em juízo, o réu apresentou a mesma versão, dizendo que não foi ele o autor do crime de furto, imputando tal prática ao seu tio, o mesmo que acabou de ser ouvido como testemunha do juízo. Há contradição nos relatos das testemunhas e da vítima que foram ouvidas. Agnaldo, vítima, disse que ao perceber o furto em sua casa saiu até a casa do vizinho de nome “Bolão”, que na verdade é a testemunha Stevan, relatando-lhe a ocorrência do furto, quando este já lhe entregou os objetos subtraídos de sua casa e de antemão imputou a autoria deste crime ao acusado. Todavia, ao ser ouvido, a testemunha Stevan disse que ao sair de sua casa se deparou com vítima e réu brigando e que próximo a eles estavam os objetos, mas, não foi ele quem entregou a res furtiva à vítima, dizendo inclusive que não podia afirmar ter sido o réu o autor do furto. Os policiais, ao serem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

ouvidos, disseram que ao chegar no local e conversar com a vítima, o réu estava lá e próximo dele os objetos furtados. Percebe-se então um quadro contraditório, posto que, se verídica a informação de Agnaldo, de que Stevan teria lhe entregue os objetos furtados, não teria razão para que a vítima deixasse esses objetos ao lado do réu apenas para esperar a chegada dos policiais militares; as duas versões são inconsistentes. Também, a testemunha Stevan disse que quando os policiais chegaram a vítima já tinha saído do local levando os objetos, o que difere da versão apresentada pelos policiais. Mesmo que verídica a versão dos policiais de que ao chegar os objetos estavam ao lado do réu, embora neste ponto em nítida contradição com o que falou a vítima mesmo assim não haveria segurança em dizer que foi ele exatamente o autor do furto, haja vista que, pelo depoimento de Agnaldo, os objetos lhe foram entregues pelo tio do réu, o qual ouvido em juízo apresentou outra versão. Em síntese, a prova é bem nebulosa e contraditória, de modo que embora possa ter sido o réu o autor do furto, não se tem segurança necessária para se responsabilizá-lo pelo crime de furto. Isto posto, entendo que a melhor media é a absolvição do réu, e é o que o Ministério Público requer nesta oportunidade. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: A defesa reitera a judiciosa manifestação do Ministério Público. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ANDRÉ LUIZ PEREA FILHO**, RG 49.507.403, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal, porque no dia 26 de novembro de 2016, por volta das 21h00min, na Rua Conde do Pinhal, nº 1227, Centro, nesta cidade e comarca, ANDRÉ LUIZ subtraiu para si, do interior da residência situada no endereço acima mencionado, mediante rompimento de obstáculo, um notebook da marca Dell, uma balança digital e uma bolsa feminina da marca Kerastase, avaliados globalmente em R\$ 1.080,00, em detrimento de Agnaldo Aparecido Uliana. Consoante o apurado, o denunciado decidiu saquear patrimônio alheio. De conseguinte, ele se dirigiu até a residência da vítima, ao que tratou de arrombar o seu portão, ganhando o seu interior. Uma vez no local, ANDRÉ LUIZ se apoderou dos bens supramencionados, partindo em fuga a seguir. E tanto isso é verdade, que ao retornar para sua casa e constatar a subtração de seus pertences, a vítima se pôs a procurar pelo autor dos fatos, momento em que, a aproximadamente oitenta metros dali, se deparou com o denunciado na posse de seu notebook, justificando a presença da polícia militar. Efetuada busca pessoal, os milicianos encontraram com ANDRÉ LUIZ o notebook acima referido, bem como os demais objetos descritos no auto de exibição e apreensão, ao que ele foi preso em flagrante delito. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (pág. 86). Recebida a denúncia (pág. 94), o réu foi citado (pág. 123) e respondeu a acusação através do defensor público (pág. 145/146). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foi ouvida uma testemunha do juízo. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela absolvição, por falta de provas, sendo acompanhado pela Defesa. **É o relatório. DECIDO.** Mesmo tendo a convicção íntima de que o réu deve ter cometido o furto, não chego a conclusão diversa da que chegou o douto Promotor de Justiça ao opinar pela absolvição. São muitas as contradições, desde as declarações da vítima, como também as dos policiais. O relato que a vítima apresentou, de que ao constatar o furto foi questionar um vizinho que tem a alcunha de “Bolão” e este foi logo lhe entregando os objetos e acusando o réu, sobrinho dele, que estava no local (fls. 164), não encontra suporte nas declarações dos policiais, que disseram ter conversado com a vítima e essa indicou a casa do vizinho, onde estava o réu com os objetos. Estranhamente a vítima não disse para os policiais que já tinha mantido contato com o vizinho e recebido dele os objetos. E se a vítima já tinha recebido os objetos, não poderiam ter sido encontrados na posse do réu como afirmado pelos policiais. E a testemunha do juízo hoje ouvida, o referido “Bolão”, mesmo desmentindo o álibi do réu, o mesmo informou que a vítima já estava tendo contato com o réu e até o agredindo, quando os objetos, que estavam nas imediações, foram arrecadados por ela. Assim, sobressai a incerteza, já que não se pode reconhecer qual das pessoas ouvidas está falando a verdade. Melhor a aplicação do “non liquet”. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e ABSOLVO o réu ANDRÉ LUIZ PÉREA FILHO**, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____, (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):